

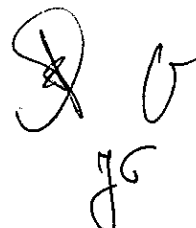
RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2008



FINCOR CORRETORA S.A.

1.	ÓRGÃOS SOCIAIS.....	- 3 -
2.	ACTIVIDADE EM 2008.....	- 4 -
	INTRODUÇÃO.....	- 4 -
	EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	- 4 -
	ACTIVIDADE.....	- 5 -
	SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	- 6 -
	PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA.....	- 7 -
	NOTAS FINAIS.....	- 7 -
	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	- 8 -
3.	ANEXOS.....	- 9 -

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Filipe de Lacerda Baião do Nascimento	Presidente	a)
Maria José Sousa Andrade da Silva Campos	Secretário	b)

- a) Apresentou renúncia do respectivo cargo em 29 de Dezembro de 2008;
- b) Apresentou renúncia do respectivo cargo em 22 de Dezembro de 2008;

Conselho de Administração

Luis Manuel de Castro e Silva Matias Rodrigues	Presidente
Óscar Nóbrega Arteaga Escaleira	Vogal Executivo
José Carlos Nunes Gomes Tomás	Vogal Executivo

Fiscal Único

Efectivo:

“J. Monteiro & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. Representada por José Manuel Carlos Monteiro – Revisor Oficial de Contas”

Suplente:

Salvador Figueiredo Vás e Lima – Revisor Oficial de Contas”

2. ACTIVIDADE EM 2008

INTRODUÇÃO

Com a recente aprovação do Decreto-Lei nº 62-A/2008 de 11 de Novembro, a Fincor Corretora passou a integrar o Grupo SLN. A empresa alicerçava a sua actividade no apoio do Grupo BPN o qual lhe prestava diversos serviços tais como tesouraria, registo das operações, controlo de risco, processamento de salários, apoio informático, auditoria interna, apoio jurídico e aprovisionamentos e manutenção das instalações. Neste momento está em curso um processo de mudança da actual situação, para outra que garanta a continuação da actividade da sociedade com recurso a meios próprios, sendo esta a principal prioridade para 2009.

EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

O ano de 2008 foi bastante negativo para a classe de activos de risco das acções. As preocupações em torno de um período de recessão para as economias dos países desenvolvidos, correspondente a um período de baixíssimo crescimento para a economia global, os problemas no sistema financeiros e a fortíssima quebra de confiança que ocorreu entre consumidores, empresários e investidores, tornaram este período um dos mais desfavoráveis para o investimento em acções dos últimos anos.

A resposta das autoridades acabou por não ajudar os mercados de acções, tendo em conta a dimensão da quebra de confiança e as imensas incertezas provocadas pelos problemas observados no sector bancário. De qualquer forma, a diminuição das taxas de juro por parte dos principais bancos centrais, com a Reserva Federal a colocar as suas principais taxas de referência próximo de zero, e o estímulo em termos de Política Fiscal anunciado por vários países acabará por ter um efeito na economia. Contudo, e tendo em conta a dimensão da contracção económica em curso, o período de tempo necessário para que estes estímulos provoquem uma reacção na economia poderá muito bem ser superior ao que é usual esperar.

O índice FTSE World registou uma queda de 40% no ano. Com esta fortíssima queda, o índice aproximou-se de forma significativa dos seus mínimos anteriores de 2002/3. Em moeda local o índice representativo do mercado dos EUA (S&P 500) registou uma queda de 38.5%, inferior à observada na Europa, se considerarmos como índice representativo o MSCI Europe. Tendo em conta a valorização do dólar durante o ano passado, a diferença foi ainda mais favorável ao mercado dos EUA para um investidor em euros.

Em termos sectoriais, os mais afectados foram a área financeira (bancos e seguros) e os sectores mais expostos ao ciclo económico, independentemente da sua maior dependência do consumidor ou do ciclo industrial. Contudo, mesmo as áreas tradicionalmente consideradas mais defensivas, como a Saúde, a Alimentação e as Telecomunicações, terminaram o ano com perdas avultadas, o que demonstra bem até que ponto 2008 foi um período desfavorável ao investimento em acções.

As estimativas dos resultados das empresas cotadas sofreram significativas revisões em baixa durante o segundo semestre do ano, traduzindo uma maior cautela dos investidores e o impacto da deterioração macroeconómica ao nível da alavancagem operacional das empresas. Mais uma vez, foram as empresas

mais expostas ao ciclo económico as que foram mais afectadas, para além das empresas financeiras. Estas foram principalmente penalizadas pela necessidade de reconhecer avultadas perdas devido à perda de valor em vários activos financeiros detidos por estas entidades, o que acabou por forçar em muitos casos a realização de operações de aumentos de capital. Os problemas a este nível foram tão significativos que, em muitos casos, foram os Estados de vários países a optar por uma nacionalização total ou parcial das instituições financeiras em causa. A falência da Lehman Brothers nos EUA representou um momento decisivo para a evolução do sector e dos mercados de acções.

2009 deverá voltar a ser um ano de elevada volatilidade, tendo em conta as significativas incertezas que existem. O contexto de baixas taxas de juro e reduzidas pressões inflacionistas favorecem o investimento em acções. Contudo, a evolução dos resultados continua a ser o principal entrave à evolução desta classe de activos de risco. A este respeito, refira-se que os indicadores e os inquéritos de sentimento aos empresários já se deslocaram para níveis historicamente baixos. Uma recuperação nestes indicadores poderá levar os índices de acções a antecipar uma recuperação do ciclo económico em 2010.

ACTIVIDADE

A Fincor Corretora apresentou resultados negativos de 693.465 euros em 2008. Este desempenho veio interromper a recuperação financeira que tinha sido conseguida nos anos de 2006 e 2007.

Refira-se que quando o actual conselho de administração tomou posse, no final de 2005, a Fincor Corretora S.A. tinha acumulado 600 mil de euros de prejuízos desde a sua integração no grupo BPN em 2002. Esta situação ficou a dever-se à repartição desequilibrada de custos e proveitos que estava associada ao modelo de negócios anterior (o qual assentava num conjunto descentralizado de agências, com promotores próprios) e à insuficiência dos meios, para controlo de risco operacional, com que a estrutura central da FINCOR estava dotada.

Tais factos conduziram ao acumular de um contencioso jurídico e comercial significativos, o qual continua a ter reflexos financeiros negativos na exploração da empresa. As correcções empreendidas pelo actual Conselho de Administração permitiram à Fincor Corretora apresentar, logo em 2006, resultados positivos (mesmo suportando um valor apreciável de custos extraordinários ou não recorrentes) e que o valor dos resultados atingisse os 714.825 euros em 2007. Foi igualmente possível, nesses dois anos, solucionar uma parcela importante do contencioso jurídico e comercial acumulado pela Fincor Corretora S.A. até 2005.

Saliente-se que, sendo a Fincor Corretora S.A. uma sociedade corretora (e não uma sociedade financeira de corretagem), os resultados obtidos decorreram exclusivamente da actividade de intermediação financeira, sem que a Fincor Corretora S.A. beneficiasse de qualquer proveito associado, quer a ganhos de negociação de carteira própria, quer à margem financeira originada pelo crédito para a compra de valores mobiliários em carteiras dos seus clientes.

Em 2008, a evolução negativa da actividade da Fincor Corretora S.A. ficou a dever-se a um conjunto de factores adversos que se conjugaram no exercício findo. Para além da redução do volume de transacções, que acompanhou as fortes desvalorizações dos mercados accionistas, duas grandes tendências afectaram a actividade da Fincor Corretora S.A. :

- A alteração estrutural do mercado de corretagem que está associada à utilização crescente de plataformas baseadas na "internet" para captar ordens de bolsa de clientes de retalho;

- A "internalização", por parte dos bancos de investimento internacionais das ordens dos seus clientes institucionais, a qual retira uma parcela crescente do volume antes executado em bolsa, provocando uma diminuição estrutural da liquidez e que foi tornada possível pela entrada em vigor, em Novembro de 2007, da Directiva de Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF).

Igualmente, a grande instabilidade vivida ao nível do grupo BPN durante todo o ano de 2008 fez com muitos clientes da Fincor Corretora S.A se tenham temporariamente afastado e que a FINCOR tenha sido afectada (ainda mais do que o mercado), pela redução do volume global de intermediação financeira em acções.

A situação agravou-se com o anúncio da nacionalização do BPN em 2 de Novembro de 2008. De facto, as circunstâncias da nacionalização resultaram na separação accionista entre a FINCOR e o BPN.

Tal ocorreu apesar da FINCOR ter vindo a interiorizar, desde a sua aquisição em 2002, um grau crescente de integração das suas operações, do seu quadro de pessoal e dos sistemas de informação com o BPN. A FINCOR confronta-se pois com diversos problemas daí decorrentes. Ciente disso, o Conselho de Administração elaborou um plano, a apresentar aos accionistas da empresa, com as acções a implementar para permitir a separação da FINCOR do BPN.

No entanto, o legado de uma política de gestão de pessoal consolidada ao nível do Grupo BPN levou a que, com a nacionalização do BPN, a FINCOR tenha ficado sem flexibilidade para alterar os vínculos contratuais com alguns dos seus trabalhadores (que já desenvolviam funções no BPN há bastante tempo), sem que daí venham a decorrer pesados encargos para a FINCOR.

Desta forma, a diminuição drástica dos volumes de intermediação financeira no mercado de acções português em 2008 e a separação da FINCOR do grupo BPN (com a nacionalização deste último), fizeram gorar a expectativa que o Conselho de Administração tinha de que seria possível implementar a reestruturação completa e atempada da FINCOR, sem que para isso fosse necessário recorrer à intervenção dos seus accionistas.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em 2008 a sociedade apresentou resultados negativos no montante de 693.465 de euros, invertendo os resultados positivos que tinha apresentado em 2007.

As comissões cobradas líquidas de encargos evoluíram de 3.759 milhares de euros em 2007 para 1.735 milhares de euros em 2008, uma diminuição de 54 % o que mesmo com a diminuição dos custos operacionais de 2.999 milhares de euros em 2007 para 2.410 milhares de euros em 2008, não foi suficiente para compensar o decréscimo nas comissões cobradas.

O resultado verificado originou que no final do exercício os capitais próprios fossem inferiores ao capital social da sociedade, situação enquadrada no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. O Conselho de Administração irá por isso incluir na convocatória da Assembleia-Geral da sociedade, informação sobre a actual situação para que o accionista único tome as medidas que julgar convenientes.

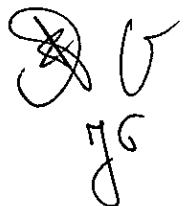
PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO FUTURA

Conforme já foi referido a Fincor Corretora passou a integrar o Grupo SLN. Como a empresa alicerçava a sua actividade no apoio do Grupo BPN o qual lhe prestava diversos serviços tais como tesouraria, registo das operações, controlo de risco, processamento de salários, apoio informático, auditoria interna, apoio jurídico e aprovisionamentos e manutenção das instalações, a principal prioridade para 2009 será um processo de mudança da actual situação, para outra que garanta a continuação da actividade da sociedade com recurso a meios próprios.

Relativamente aos mercados financeiros espera-se que em 2009 decorra de uma forma mais positiva, o que permitirá o regresso de muitos investidores, e a melhoria das condições operacionais e de rentabilidade da Fincor Corretora S.A. .

NOTAS FINAIS

Conforme determinado pela instrução n.º 22/2001 do Banco de Portugal, cumpre-nos informar que a Fincor Corretora SA, não efectuou operações sobre instrumentos financeiros derivados na sua actividade no ano de 2008.

Handwritten signature and initials, possibly 'JG' or similar, located in the bottom right corner of the page.

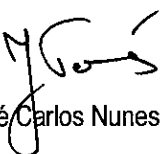
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos da alínea f), do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se que o prejuízo do exercício, no montante de 693.465 Euros, seja transferido para Resultados Transitados.

Lisboa, 16 de Fevereiro de 2009


Luís Manuel de Castro e Silva Matias Rodrigues


Óscar Nóbrega Arteaga Escaleira


José Carlos Nunes Gomes Tomás

3. ANEXOS

Anexo I

Para efeitos do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, a posição accionista dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, à data de 31 de Dezembro de 2008, era a seguinte:

Nenhum membro dos órgãos sociais detinha acções da empresa em 31 de Dezembro de 2008 nem transaccionou acções da empresa em 2008.

Anexo II

Participações de accionistas, nos termos do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais:

1. Accionistas com, pelo menos metade do capital social:
Fincor SGPS SA –100 %

Anexo III

BALANÇO, DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

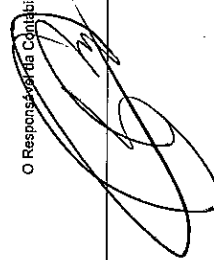
- a) Balanço Individual em 31 de Dezembro de 2008;
- b) Demonstração dos Resultados Individuais por Natureza para o período findo em 31 de Dezembro de 2008;
- c) Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais para o período findo em 31 de Dezembro de 2008;
- d) Demonstração de Alterações no Capital Próprio Individual para o período findo em 31 de Dezembro de 2008;
- e) Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de Dezembro de 2008.

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Montantes expressos em milhares de Euros)

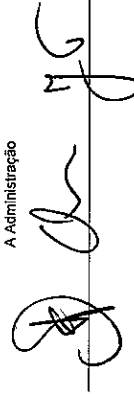
Activo	Notas	31-12-2008		31-12-2007	
		Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	3	0	0	0	0
Disponibilidades em outras instituições de crédito	4	1.414	0	1.414	2.784
Activos financeiros disponíveis para venda	5	27	0	27	26
Crédito a clientes		0	0	0	0
Outros activos tangíveis	6	1.301	(1.298)	3	9
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	5	5	0	5	5
Activos por impostos diferidos	7	70	0	70	81
Activos por impostos diferidos	7	0	0	0	56
Outros activos	8	9.088	(144)	8.944	23.288
Activos Intangíveis	6	12	(2)	10	0
Total do Activo		11.917	(1.444)	10.473	26.229

Passivo e Capital Próprio	Notas	31-12-2008		31-12-2007	
		Passivo	Capital Próprio	Passivo	Capital Próprio
Recursos de outras instituições de crédito	9	0	0	0	0
Provisões	7	0	0	0	0
Passivos por impostos correntes	7	0	0	0	41
Passivos por impostos diferidos	7	0	0	0	1
Outros passivos subordinados	10	0	424	0	424
Outros passivos	11	0	9.488	0	24.464
Total do Passivo		0	9.912	0	24.930
Capital Próprio		1.300	1.300	1.300	1.300
Reservas de reavaliação	12	0	0	0	56
Outras reservas e resultados transferidos	12	0	(57)	0	(772)
Resultado líquido do período / exercício	12	0	(693)	0	715
Total do Capital Próprio		1.300	(440)	1.300	1.299
Total do Passivo e do Capital Próprio		1.300	10.473	1.300	26.229

O Responsável da Contabilidade



A Administração

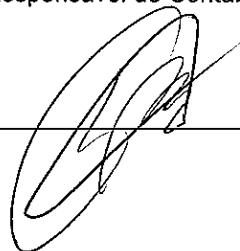


FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS INDIVIDUAIS POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 31 DE DEZEMBRO DE 2007

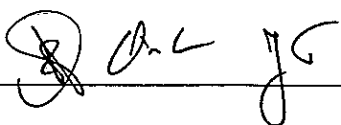
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2008	31-12-2007
Juros e rendimentos similares	14	1	1
Juros e encargos similares		0	0
Margem Financeira		1	1
Rendimentos de serviços e comissões	15	1.915	4.043
Encargos com serviços e comissões	16	(180)	(284)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	17	0	0
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	18	2	17
Resultados de reavaliação cambial	18	0	0
Resultados de alienação de outros activos	18	(10)	(65)
Outros resultados de exploração	19	(1)	(4)
Produto bancário		82	(146)
		1.809	3.562
Custos com o pessoal	20	(684)	(897)
Gastos gerais administrativos	21	(1.800)	(1.934)
Amortizações do exercício	6	(7)	(14)
Provisões líquidas de reposições e anulações	9	0	(3)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	9	0	0
		1	2
Resultado antes de impostos		(681)	716
Impostos			
Correntes		(12)	(1)
Diferidos		0	0
Resultado líquido do exercício		(693)	715

O Responsável de Contabilidade



A Administração

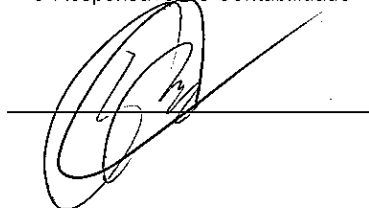


FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007.

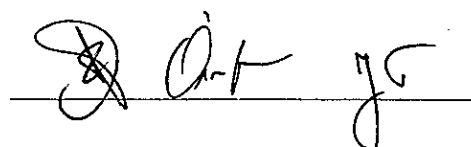
(Montantes expressos em Euros)

	2008	2007
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	1.916	4.061
Pagamento de juros e comissões	(261)	(348)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(2.579)	(3.031)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	60	2
Recuperação de créditos incobráveis	1	2
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	<u>(863)</u>	<u>684</u>
(Aumentos) diminuições de activos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito		
Activos financeiros detidos para negociação		
Créditos a clientes		
Activos ao justo valor através de resultados		
Derivados de cobertura		
Activos não correntes detidos para venda		
Outros activos	<u>14.301</u>	<u>6.827</u>
	<u>14.301</u>	<u>6.827</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de instituições de crédito		
Recursos de clientes e outros empréstimos		
Passivos financeiros detidos para negociação		
Outros passivos	<u>(14.776)</u>	<u>(13.016)</u>
	<u>(14.776)</u>	<u>(13.016)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	<u>(1.338)</u>	<u>(5.503)</u>
Impostos pagos	<u>(21)</u>	<u>(9)</u>
Caixa líquida das actividades operacionais	<u>(1.359)</u>	<u>(5.512)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos		
Aquisição de activos disponíveis para venda		
Alienação de activos disponíveis para venda	0	0
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	(12)	
Vendas de activos tangíveis		
Caixa líquida das actividades de investimento	<u>(12)</u>	<u>0</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de capital		
Dividendos pagos		
Caixa líquida das actividades de financiamento	<u>0</u>	<u>0</u>
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	<u>(1.371)</u>	<u>(5.512)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	2.785	8.297
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1.414	2.785

O Responsável de Contabilidade



A Administração



FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em milhares de Euros)

IAS/IFRS	Capital		Prémios de emissão		Reservas de Reavaliação		Outras Reservas e Resultados Transitados		Resultado do período	Capital próprio
	Capital	Prémios de emissão	Reavaliação	Por impostos	Total	Outras reservas	Resultados transitados	Total		
Saldos em 31 de Dezembro de 2007	1.300	0	0	1	55	55	170	(942)	715	1.299
Transferência do resultado do exercício de 2007									715	
Distribuição de reservas aos accionistas									(715)	
Amortização do impacto da adopção do IAS 19 (Aviso nº 4/2005)										
Reavaliação de activos disponíveis para venda										
Cobertura de fluxos de caixa										
Aumento de capital										
Outros (Reserva por prejuízos fiscais reportáveis)		0	0	(1)	(55)	(56)	0	0	0	(56)
Resultado líquido do período		0	0	0	0	0	0	0	(693)	(693)
Saldos em 31 de Dezembro de 2008	1.300	0	0	0	0	0	170	(227)	(693)	550

Handwritten signatures and initials are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and initials 'JR' and 'D' on the right.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Fincor – Sociedade Corretora, S.A. (Fincor ou Sociedade) foi constituída por escritura pública em 3 de Novembro de 1992. A sede da sociedade situa-se na Av. António Augusto Aguiar, 132, em Lisboa.

A Sociedade tem por objecto o exercício das actividades legalmente consentidas às sociedades corretoras, de acordo com o disposto no Decreto – Lei n.º 229/88, de 4 de Julho, bem como o Decreto – Lei n.º 262/2001.

Aquando a sua constituição, a Sociedade estava unicamente vocacionada para o segmento de clientes institucionais, tendo alargado a sua actividade ao segmento dos particulares em 1995. No mesmo ano foi efectuado o lançamento da primeira Loja de Investidores como espaço destinado ao acompanhamento dos mercados de capitais. Existem neste momento 6 lojas em Portugal.

A Sociedade integra o Grupo Sociedade Lusa de Negócios e é detida directamente em 100% pela Fincor SGPS, S.A. (Fincor SGPS) e indirectamente pela BPN S.G.P.S., S.A..

1. BASES DE APRESENTAÇÃO, COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

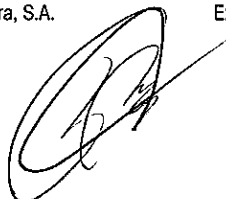
1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

- i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro;
- ii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pelo IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias resultantes são registadas em “Reservas de reavaliação”.

Em 2006 a Sociedade apresentou pela primeira vez as suas demonstrações financeiras individuais de acordo com as NCA.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

1.2. Comparabilidade da informação

As Demonstrações Financeiras em 2006 e 2007 foram preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 23/2004 e nº 9/2005, do Banco de Portugal.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transacções em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros ao câmbio de "fixing" da data do balanço, com excepção dos saldos relativos a notas e moedas estrangeiras, os quais são convertidos ao câmbio médio do mês indicado pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, de acordo com o efeito que as transacções em divisas têm na posição cambial. Na data da sua contratação, as compras e vendas de moeda estrangeira à vista e a prazo são registadas na posição cambial.

c) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

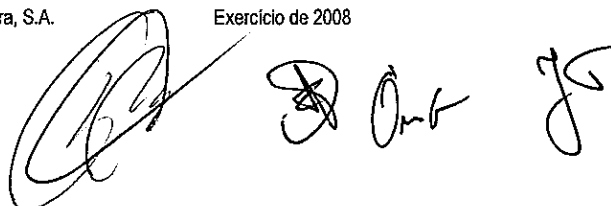
d) Outros activos e passivos financeiros

Os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos e valorizados de acordo com os IAS 32 e IAS 39, sendo registados na data de contratação pelo justo valor.

i) Activos financeiros disponíveis para venda
e Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos a deter até à maturidade ou como crédito ou como empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio "reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao reconhecimento



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares".

ii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

e) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pela Sociedade para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento	3 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade da Sociedade, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilidade esperada ou do contrato de arrendamento.

Conforme previsto no IFRS 1, os activos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2005 foram registados pelo valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que corresponde ao custo ajustado por reavaliações efectuadas nos termos da lei, decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das amortizações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

f) Activos intangíveis

A Sociedade regista nesta rubrica as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados.

Os activos intangíveis são amortizados pelo método das quotas anuais constantes e por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimado o qual, em média, corresponde a três anos.

Os custos subsequentes com os activos intangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros. Todas as despesas com a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

manutenção e reparação são reconhecidos como custo com o princípio da especialização dos exercícios.

g) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face nomeadamente, riscos fiscais, processos judiciais e outros a riscos específicos decorrentes da actividade da Fincor, de acordo com o IAS 37 (Nota 9).

h) Benefícios de empregados

Os empregados da Sociedade ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência da Segurança Social.

i) Impostos sobre os lucros

A Sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos activos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são reflectidos em resultados com excepção dos impostos relativos a transacções directamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em títulos disponíveis para venda.

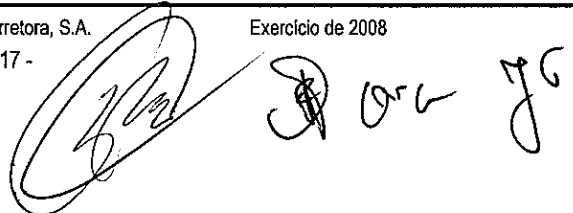
2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos activos pressupõe a existência de resultados e de matéria colectável futura. Adicionalmente, os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal actual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos diferidos.

A Sociedade considerou para efeitos da estimativa do imposto corrente, os registos contabilísticos elaborados de acordo com as normas da contabilidade ajustadas (NCA), estabelecida pelo Aviso nº. 1/2005 do Banco de Portugal, de acordo com o Artº. 57 da Lei nº 53-A/2006.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

3. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 a rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Caixa	0	0
Depósitos à ordem em Bancos Centrais	0	0
	<u>0</u>	<u>0</u>

4. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a rubrica de disponibilidades em outras instituições de crédito tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	1.211	2.591
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	203	193
	<u>1.414</u>	<u>2.784</u>

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA
E INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Activos financeiros disponíveis para venda

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Para 31.12.2008

	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total		
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
Obrigações do Tesouro	25	1	1	0	1	0	27
	<u>25</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>27</u>

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica em 31 de Dezembro de 2008 é apresentado no Anexo I.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Para 31.12.2007:

	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total		
Instrumentos de dívida Emitidos por residentes Obrigações do Tesouro	24	1	1	0	1	0	26
	<u>24</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>1</u>	<u>0</u>	<u>26</u>

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

31-12-2008

	Participação efectiva (%)	Custo de aquisição	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total		
Empreendimentos conjuntos							
BPN Serviços ACE	5,0	5	0	0	0	0	5
		<u>5</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>5</u>

31-12-2007

	Participação efectiva (%)	Custo de aquisição	Reserva de justo valor			Imparidade	Valor de balanço
			Positiva	Negativa	Total		
Empreendimentos conjuntos							
BPN Serviços ACE	5,0	5	0	0	0	0	5
		<u>5</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>5</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

6. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

O movimento nestas rubricas durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2008 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2007			31-12-2008			
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Aquisições	Amortizações do período	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor líquido
Activos tangíveis							
Imóveis							
. Despesas em edifícios arrendados	170	(170)	0	0	170	(170)	0
	170	(170)	0	0	170	(170)	0
Equipamento							
. Mobiliário e material	131	(131)	0	0	131	(131)	0
. Máquinas e ferramentas	36	(35)	(1)	(1)	36	(36)	(0)
. Equipamento informático	500	(500)	0	0	500	(500)	0
. Instalações interiores	319	(311)	(4)	(4)	319	(316)	3
. Material de transporte	5	(5)	0	0	5	(5)	0
. Equipamento de segurança	11	(11)	0	0	11	(11)	0
. Outro equipamento	3	(3)	0	0	3	(3)	0
	1.005	(996)	0	(5)	1.005	(1.002)	3
Outros activos tangíveis							
Equipamento em locação financeira	126	(126)	0	0	126	(126)	0
	126	(126)	0	0	126	(126)	0
	1.301	(1.292)	0	(5)	1.301	(1.298)	3
Activos intangíveis							
. Software	0	0	12	(2)	12	(2)	10
	0	0	12	(2)	12	(2)	10
Total	1.301	(1.292)	12	(7)	1.313	(1.300)	13

7. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, estas rubricas têm a seguinte composição:

	31-12-2008	31-12-2007
Activos por impostos correntes:		
. IRC a recuperar	70	61
	70	61
Passivos por impostos correntes:		
. Estimativa de imposto do exercício	0	41
	0	41
Activos por impostos diferidos:		
. Relativos a prejuízos fiscais	0	56
Passivos por impostos diferidos:		
. Relativos a diferenças temporárias	1	1

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

8. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Outras disponibilidades	0	0
Despesas com custo diferido	17	8
Devedores diversos	625	624
Operações de bolsa a regularizar	8.301	22.656
Valores Vencidos	<u>145</u>	<u>145</u>
	<u>9.088</u>	<u>23.433</u>
Provisões para valores Vencidos (nota 9)	(144)	(145)
	<u>8.944</u>	<u>23.288</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 os valores vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

Entre um ano e três anos	0
Mais de três anos	144

9. PROVISÕES

O movimento nas provisões durante o período compreendido entre 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

	<u>31-12-2007</u>	Dotações	Anulações e Reposições	Utilizações	Transferências NCA's	Diferenças Cambiais	<u>31-12-2008</u>
Provisões para devedores							
Devedores vencidos	<u>145</u>	0	(1)	0	0	0	<u>144</u>
	<u>145</u>	0	(1)	0	0	0	<u>144</u>
Riscos Gerais de Crédito							
Para outros riscos e encargos	0	0	0	0	0	0	0
	0	0	0	0	0	0	0
	<u>145</u>	0	(1)	0	0	0	<u>144</u>

10. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Empréstimos Subordinados		
Fincor SGPS, S.A.	<u>424</u>	<u>424</u>
	<u>424</u>	<u>424</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O montante registado na rubrica de “Outros Passivos Subordinados” é referente a suprimentos de capital efectuados pela Fincor SGPS, S.A.

As condições destes passivos subordinados são as seguintes:

- Não remunerados;
- Sem prazo;
- Apenas reembolsáveis se a estrutura de capitais próprios assim o justificar, sendo necessário um acordo prévio do Banco de Portugal;
- Cláusula de subordinação (apenas são liquidados, após cumprimento de todas as responsabilidades perante credores comuns e subordinados);
- Possibilidade de conversão em capital, caso o accionista assim o entenda; e
- Em caso de prejuízos, o capital em dívida pode ser utilizado, permitindo a continuidade da actividade.

11. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Credores diversos	471	1.048
Outros encargos a pagar	98	155
Outras receitas com rendimento diferido	0	0
Operações de bolsa a regularizar	8.929	23.261
Outros recursos	0	0
	<u>9.498</u>	<u>24.464</u>

12. CAPITAL E RESERVAS

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital da Fincor ascendia a 1.300 mEuros integralmente subscrito e realizado pelo seguinte accionista:

	<u>% de participação</u>	<u>Montante</u>
Fincor SGPS, SA	100%	1.300

Nos termos da Portaria nº 408/99, de 4 de Junho, publicada no Diário da República – I Série B, nº 129, os prémios de emissão não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de acções próprias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização	1	1
Reservas por impostos diferidos	(1)	55
	<u>0</u>	<u>56</u>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados" tinha a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Reservas		
Reserva legal	170	170
Reserva estatutária	0	0
Reserva para riscos bancários	0	0
Outras reservas	0	0
Resultados transitados	(227)	(942)
Resultado líquido do exercício	<u>(693)</u>	<u>715</u>
	<u>(750)</u>	<u>(57)</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de Setembro, a Sociedade constitui um fundo de reserva até à concorrência do capital ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva uma fracção não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da actividade individual, até perfazer o referido montante. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação constituídas são resultado da valorização da carteira de títulos ao justo valor efectuada no âmbito da aplicação das NCA's.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

13. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales		
Activos dados em garantia	<u>26</u>	<u>26</u>
	<u>26</u>	<u>26</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e Guarda de Valores	<u>1.535</u>	<u>3.342</u>
	<u>1.535</u>	<u>3.342</u>
Serviços prestados por terceiros		
Depósito e Guarda de Valores	<u>1.535</u>	<u>3.342</u>
	<u>1.535</u>	<u>3.342</u>

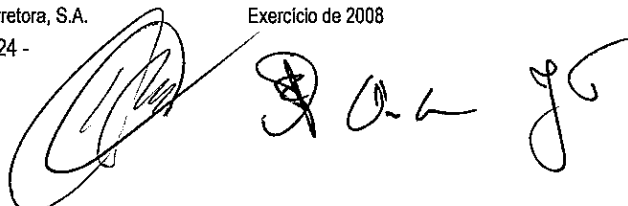
Garantias prestadas

As Obrigações do Tesouro existentes em carteira, no valor de 26 mEuros, encontram-se dadas em penhor a favor do Sistema de Indemnização de Investidores, de acordo com o disposto no regulamento da CMVM nº 2/2000.

14. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>1</u>	<u>1</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

15. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	1.912	4.023
Outras comissões recebidas	3	20
	<u>1.915</u>	<u>4.043</u>

16. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Por operações realizadas por terceiros		
Títulos	180	272
Outras comissões pagas	0	12
	<u>180</u>	<u>284</u>

17. RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Estas rubricas em 31 de Dezembro de 2008 têm a seguinte composição:

	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos financeiros detidos para negociação:			
Instrumentos de dívida	2	0	2
Total em activos e passivos avaliados ao justo valor	<u>2</u>	<u>0</u>	<u>2</u>

Estas rubricas em 31 de Dezembro de 2007 apresentavam a seguinte composição:

	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos financeiros detidos para negociação:			
Instrumentos de dívida	17	0	17
Total em activos e passivos avaliados ao justo valor	<u>17</u>	<u>0</u>	<u>17</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

18. RESULTADOS DE OUTROS ACTIVOS

Estas rubricas em 31 de Dezembro de 2008 têm a seguinte composição:

	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0
Reavaliação cambial	106	(116)	(10)
Activos Tangíveis	0	(1)	(1)
	<u>106</u>	<u>(117)</u>	<u>(11)</u>

Estas rubricas em 31 de Dezembro de 2007 apresentavam a seguinte composição:

	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos financeiros disponíveis para venda	0	0	0
Reavaliação cambial	0	(65)	(65)
Activos Tangíveis	0	(4)	(4)
	<u>0</u>	<u>(69)</u>	<u>(69)</u>

19. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Outros rendimentos de exploração		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	<u>109</u>	<u>53</u>
	<u>109</u>	<u>53</u>
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	0	0
Outros encargos e gastos operacionais	(27)	(198)
Outros impostos	0	(1)
	<u>(27)</u>	<u>(199)</u>
	<u>82</u>	<u>(146)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

20. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de direcção e fiscalização	133	125
Empregados	425	481
	<u>558</u>	<u>606</u>
Encargos sociais obrigatórios	122	124
Encargos sociais facultativos	0	0
	<u>122</u>	<u>124</u>
Outros custos com pessoal	4	1
Indemnizações contratuais	0	166
	<u>684</u>	<u>897</u>

O efectivo médio anual de empregados ao serviço da Sociedade durante os exercícios de 2008 e 2007, distribuídos pelas grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
Funções de Direcção	1	1
Funções técnicas e específicas	9	9
Funções administrativas	7	8
	<u>17</u>	<u>18</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

21. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31-12-2008</u>	<u>31-12-2007</u>
Honorários e Avenças	17	66
Comunicações	385	446
Publicidade e edição de publicações	0	3
Rendas e alugueres	86	72
Fornecimentos	4	3
Deslocações, estadas e representação	8	8
Seguros	1	1
Conservação e reparação	2	0
Outros	1.297	1.335
	<u>1.800</u>	<u>1.934</u>

22. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas da Sociedade são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede	Participação efectiva
Empresas que directa ou indirectamente controlam a Sociedade Fincor SGPS, S.A.	Avenida António Augusto Aguiar, 132, em Lisboa	100%

23. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>Valorizados ao justo valor</u>	<u>Não valorizados ao justo valor</u>	<u>Total</u>
Activo			
Activos financeiros disponíveis para venda	27	0	27
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	0	5	5

Em 31 de Dezembro de 2008, o justo valor de activos financeiros valorizados ao justo valor apresentava o seguinte detalhe:

	<u>Custo aquisição</u>	<u>Juros corridos</u>	<u>Valias</u>	<u>Justo valor</u>
Activo				
Activos financeiros disponíveis para venda	25	1	1	27
	<u>25</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>27</u>

Para apuramento do justo valor, os métodos de valorização utilizados foram baseados em cotações em mercado activo dos instrumentos financeiros ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de actualização de fluxos de caixa futuros. O valor contabilístico dos

instrumentos financeiros valorizados ao justo valor apresenta o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

	Metodologia de apuramento do justo valor		
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização	Total
Activo			
Activos financeiros disponíveis para venda	26	1	27
	<u>26</u>	<u>1</u>	<u>27</u>

24. GESTÃO DE RISCOS:

A função de Gestão de riscos não é desempenhada de forma independente, uma vez que dada a sua dimensão e número de colaboradores, é aplicável à Fincor Corretora SA, o previsto nº 5 do artigo nº16 do Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal. Apresentamos uma breve descrição dos controlos existentes para garantir a eficácia do sistema de gestão de riscos.

24.1 Risco de Crédito

Na Fincor Corretora o risco de crédito é reduzido, atendendo a que a legislação específica para este tipo de sociedades, não permite a concessão de crédito. No entanto também existe risco de crédito para todos os saldos devedores, nomeadamente os saldos de disponibilidades existentes em instituições de crédito. A empresa definiu como estratégia para mitigar esses riscos, escolher sempre instituições com credibilidade e bom rating, e um controlo rigoroso que a Área de Back Office faz das reconciliações bancárias. São também efectuadas análises a todos os outros saldos devedores e respectiva evolução pela Área de Contabilidade para neutralizar qualquer eventual risco.

24.2 Risco de Mercado

O risco de mercado da sociedade, derivado da evolução dos mercados de capitais, só tem reflexos na cobrança das comissões de corretagem, já que a sociedade não tem carteira própria. Existem apenas aplicações em Obrigações do Tesouro, a que a sociedade é obrigada, no estrito cumprimento do Sistema de Indemnização aos Investidores, situação em que o risco é no entanto mínimo. Mesmo a evolução dos mercados pode ter impactos imprevisíveis na cobrança das comissões, já que mesmo em situações em que o risco de mercado para os investidores seja elevado, poderão existir impactos positivos em termos de volume de corretagens.

24.3. Risco de Taxa de Juro

O Risco de Taxa de Juro, face à actividade desenvolvida pela sociedade, não é materialmente relevante já que tem impacto apenas em algumas aplicações financeiras da sociedade (Obrigações do Tesouro existentes devido ao Sistema de Indemnização aos Investidores).

24.4 Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez da sociedade é controlado quer através de análise diária da tesouraria, quer através das reconciliações bancárias as quais são efectuadas diariamente, garantindo que não surgem quaisquer problemas. Atendendo ao objecto social da sociedade e as imposições legais em matéria de requisitos mínimos de fundos próprios, não existem situações de falta de liquidez.

24.5 Risco de Taxa de Câmbio

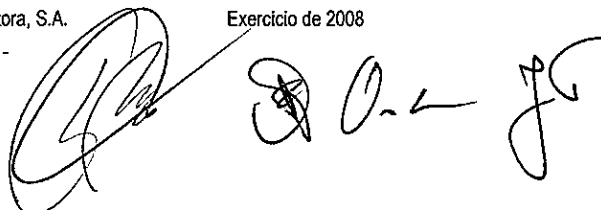
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(montantes em milhares de Euros – mEuros, excepto quando expressamente indicado)

O risco de Taxa de Câmbio é relativamente reduzido. Existem contas de disponibilidades expressas em várias moedas para cobrança de comissões nos mercados desses países, as quais são devidamente reconciliadas. Os seus montantes são convertidos com regularidade para euros para evitar o risco de taxa de câmbio. Os pagamentos de taxas de bolsa nos mercados referidos são também efectuados através das mesmas contas. Os montantes expressos nessas moedas são por isso sempre reduzidos, para mitigar o risco taxa de câmbio.

25. RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Decorrente de processos judiciais em curso contra a sociedade existe um limite máximo de responsabilidade contingente de cerca de 69 milhares de euros, correspondentes aos valores pedidos ou a pedir no âmbito dos mesmos, e em relação às acções em curso.

É convicção da Administração da empresa que, se dos processos em curso advirem quaisquer responsabilidades para a sociedade, estas serão em valor significativamente inferior aos valores das acções em curso, bem como a expectativa de resultados futuros positivos permitirá cobrir qualquer perda. Pelas razões referidas não foi constituída qualquer provisão.



ANEXO I

FINCOR - SOCIEDADE CORRETORA, S.A.
CARTEIRA DE TÍTULOS A 31 DE DEZEMBRO DE 2008
 (Montantes expressos em milhares de Euros)

Natureza e espécie	País Emissor	Moeda	Quantidade	Cotação unitária (%)	Juros a receber	Valias com impacto em reservas	Valor de Balanço	Data de vencimento	Taxa de juro
Activos Financeiros disponíveis para venda									
Instrumentos de Dívida									
Emitidos por Residentes									
Obrigações do Tesouro	Portugal	EUR	600.000	100,88	0	0	6	Jul-09	3,95%
OT - Julho 2009	Portugal	EUR	1.898.800	104,35	1	1	20	Mai-10	5,85%
OT - Maio 2010					1	1	26		

ly

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 10.473 milhares de euros e um total de capital próprio de 550 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 693 milhares de euros), a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com a excepção referida no Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 a 9, abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

uy

Para tanto, o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Tal como mencionado no Relatório de Gestão, os registos da actividade operacional da Fincor – Sociedade Corretora, S.A. são desenvolvidos nos sistemas operacionais do Grupo Banco Português de Negócios. Face à nacionalização desta entidade por via da aprovação do Decreto-Lei nº 62-A/2008, de 11 de Novembro, que originou a exclusão da Fincor – Sociedade Corretora, S.A. do Grupo BPN, desconhecemos o impacto desta situação na continuidade da prossecução do objecto social da Sociedade. Adicionalmente, o valor dos capitais próprios da Empresa, à data de 31 de Dezembro de 2008, conforme evidenciado no Balanço, é de 550 milhares de euros, encontrando-se, portanto, perdido mais de metade do capital social, pelo que devem ser adoptadas as medidas previstas no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais. Apesar disso, e tal como referido na Nota 1 das Notas explicativas, as demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações, que face às circunstâncias, poderá não ser a mais apropriada.



8. De acordo com a carta obtida dos advogados, existem várias acções judiciais e contra-ordenações em curso contra a Fincor – Sociedade Corretora, S.A., relativamente às quais desconhecemos o seu impacto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, não tendo sido constituída quaisquer provisões para eventuais responsabilidades.

9. De acordo com a resposta obtida do Banco Português de Negócios, existem facturas não registadas na Fincor – Sociedade Corretora, S.A., no montante aproximado de 50 mil euros. Esta situação decorre do facto da Administração da Sociedade não concordar com os referidos débitos. Assim, desconhecemos qual o impacto desta situação nas demonstrações financeiras em referência a 31 de Dezembro de 2008.

OPINIÃO

10. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito do possível ajustamento que poderia revelar-se necessário caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 a 9, acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

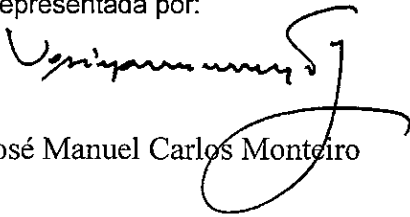
ÊNFASE

11. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a tenção para a seguinte situação:

- (i) Tal como divulgado no Relatório de Gestão, a Sociedade apresentou, no exercício de 2008, resultados negativos no montante de 693 milhares de euros, invertendo os resultados positivos apresentados no exercício de 2007, no montante de 715 milhares de euros. Esta situação resultou da diminuição do negócio da sociedade neste exercício, reflectido na rubrica de comissões cobradas, líquidas de encargos, as quais passaram de 3.759 milhares de euros em 2007, para 1.735 milhares de euros em 2008.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2009

J. MONTEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração da **FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.** relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, compreendendo o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas.

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira da **FINCOR – SOCIEDADE CORRETORA, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete, damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam das Notas explicativas.

Nestes termos, o Fiscal Único é de Parecer:

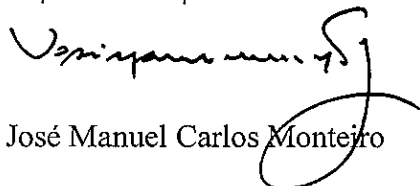
- 1º Que sejam aprovados o relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2009

O FISCAL ÚNICO

J. MONTEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro